

RELATÓRIO DE GESTÃO

DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2018

(PONTO 13 DO POCAL)





Índice

1 – Introdução	3
2 – Análise da Execução Orçamental	7
2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	7
2.2 - Orçamento	8
3 – Análise da Situação Económica e Financeira	16
3.1 – Balanço	16
3.2 – Demonstração de Resultados	19
4 – Factos Relevantes Verificados após o Encerramento das Contas	21
5 – Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário	22
6 – Indicadores	23
7 – Regra do Equilíbrio Financeiro	25
8 – Aplicação de Resultados	26



1 – Introdução

Enquadramento Legal

O presente Relatório foi elaborado de acordo com os princípios contabilísticos e orçamentais definidos na Lei 59-A/99 que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nomeadamente os referidos nos pontos 3.1, 3.2 e 13.

Âmbito

De acordo com o estabelecido no POCAL, o presente relatório procura contemplar os seguintes aspetos:

- Análise da situação económica;
- Análise da situação financeira;
- Evolução do endividamento;
- Proposta de aplicação de resultados;
- Factos relevantes após termo do exercício.

Assim, numa primeira fase apresenta-se a análise dos mapas orçamentais da despesa e da receita, explicando-se os aspetos mais relevantes das respetivas rubricas.

Para compreensão da situação económica e financeira, efetua-se uma abordagem aos aspetos mais relevantes do Balanço e Demonstração de Resultados.

No ponto seguinte apresenta-se uma breve análise da evolução do endividamento, esta foi realizada tomando como referência os limites estabelecidos na Lei das Finanças Locais.

No que respeita à aplicação de resultados, está é efetuada tendo em conta o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL.

A análise dos factos relevantes após data de balanço compreende observações de factos que tenham ocorrido entre 31 de Dezembro de 2018 e a data do presente relatório, cujo impacto seja relevante ou possa vir a sê-lo.



Situação financeira/económica

Considerando os indicadores publicados pelo Banco de Portugal no boletim estatístico de março de 2019, temos que em 2018 existe um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,10% face ao ano transato, o que apesar de ser um desempenho favorável é cada vez mais alicerçado na economia interna, tendo as exportações diminuído 2,9%.

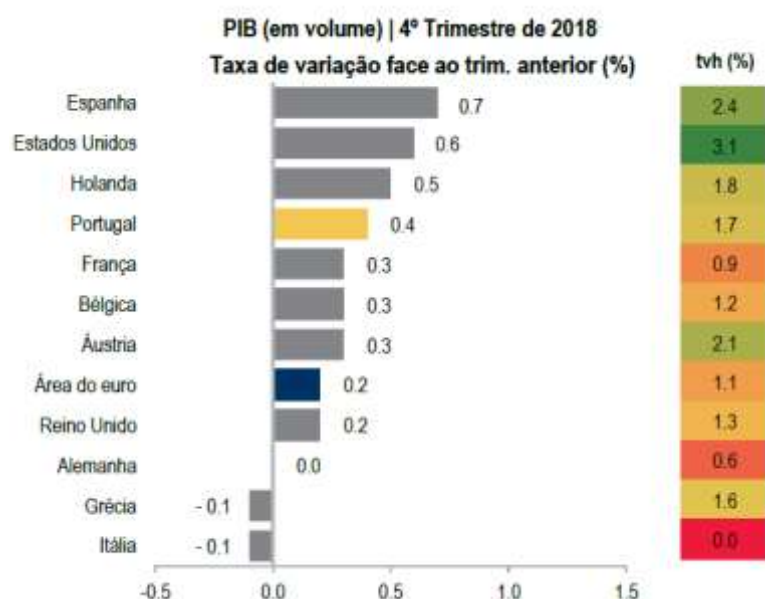
No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores económicos das contas nacionais.

Fonte: Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, Banco Central Europeu, Eurostat e Bureau of Economic Analysis

	Portugal			Área do euro ⁽¹⁾			EUA		
	T2 - 2018	T3 - 2018	T4 - 2018	T2 - 2018	T3 - 2018	T4 - 2018	T2 - 2018	T3 - 2018	T4 - 2018
	(taxa de variação homóloga - t/t - em percentagem)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Produto interno bruto (PIB) em volume ⁽²⁾	2.5	2.1	1.7	2.1	1.6	1.1	2.9	3.0	3.1
2 Consumo privado	2.8	2.3	2.8	1.4	1.0	1.0	2.6	2.9	2.7
3 Consumo público	0.9	0.8	0.9	1.1	0.7	1.2	1.1	1.8	1.5
4 Formação bruta de capital fixo (FBCF)	4.7	5.0	3.3	2.8	3.5	2.8	5.2	5.2	4.5
5 Procura interna ⁽²⁾	2.8	2.4	3.2	1.5	1.8	1.5	2.7	3.3	3.3
6 Exportações	7.0	2.9	0.0	4.0	2.9	1.5	5.7	3.5	2.3
7 Importações	7.5	3.4	3.2	2.7	3.7	2.4	4.2	5.8	3.5
	(taxa de variação em cadeia - t/tc - em percentagem)								
8 Produto interno bruto (PIB) em volume ⁽²⁾	0.6	0.3	0.4	0.4	0.1	0.2	1.0	0.8	0.6

	Portugal			Área do euro ⁽¹⁾			EUA		
	T2 - 2018	T3 - 2018	T4 - 2018	T2 - 2018	T3 - 2018	T4 - 2018	T2 - 2018	T3 - 2018	T4 - 2018
	(em percentagem do rendimento disponível ⁽³⁾)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
9 Taxa de poupança dos particulares	4.5	4.0	-	12.0	12.1	-	6.7	6.4	6.7

Comparativamente com o exterior, assume particular interesse o seguinte gráfico que consta no boletim do Banco de Portugal, que demonstra que apesar de existir um crescimento da economia nacional e que até é acima da zona euro, o mesmo ainda está aquém do crescimento de Espanha.



Outro indicador que assume especial relevo e que até é positivo, é a taxa de desemprego que tem continuado a diminuir e mantém-se abaixo da zona euro.



Verifica-se então que crescimento económico nacional no ano de 2018 foi positivo, mas que é preocupante a redução do crescimento das exportações, existindo o risco de agravamento da balança comercial.

No que se refere ao Município da Calheta, as demonstrações financeiras evidenciam uma posição económica favorável, com uma redução substancial do passivo e a manutenção do Resultado Líquido positivo. Acessoriamente mantiveram-se as contingências orçamentais derivadas da adesão ao PAEL – Programa II e o cumprimento dos requisitos impostos por este programa.



Nota final

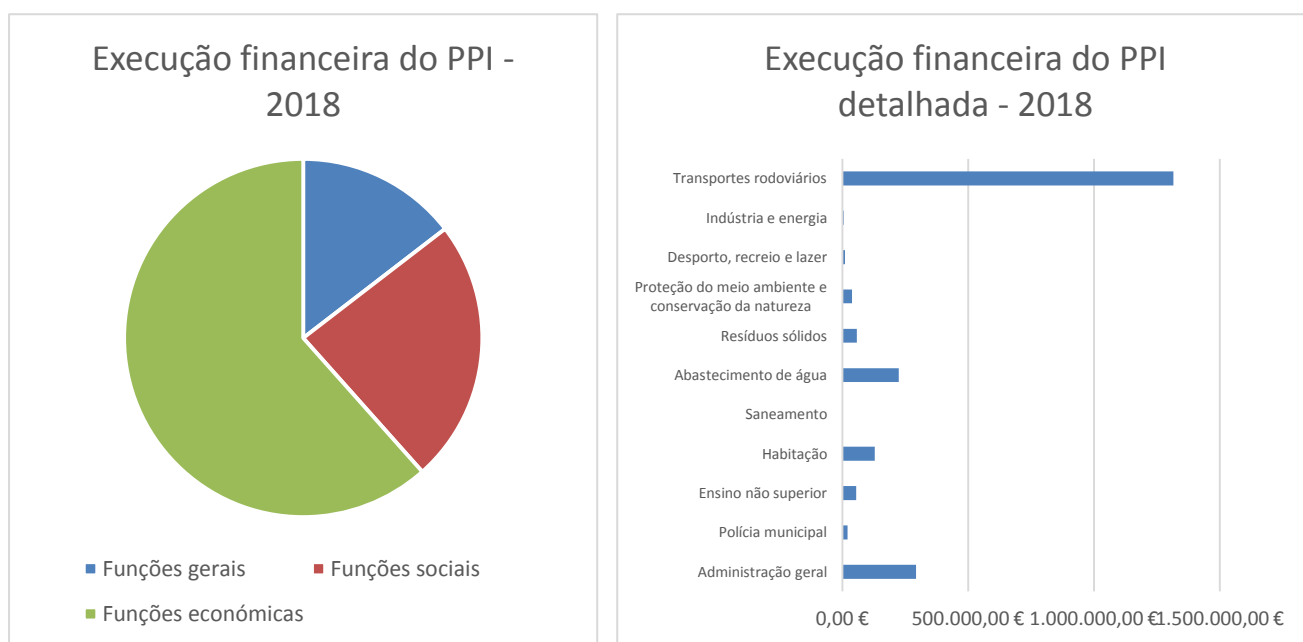
A prestação de contas de 2018, demonstra uma situação financeira estável da autarquia, no entanto será sempre necessário na gestão autárquica manter uma atenção permanente na conjuntura económica e social, para canalizar os recursos onde estes são necessários e evitar a assunção de compromissos que inviabilizem a estabilidade financeira da autarquia. No entanto há que referir que a atual situação nos permite, se necessário, recorrer à banca para futuros investimentos públicos.

2 – Análise da Execução Orçamental

2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O grau de execução financeira do PPI (rubricas económicas 07 e 09) foi de 2,1 Milhões de euros em 2018, montante que se pode considerar muito favorável atendendo à dimensão da autarquia.

A componente principal do PPI é sem dúvida a componente económica, o que engloba essencialmente a construção da rede rodoviária, que apesar de ser considerado como função económica, possui também uma enorme componente social, pois aproxima populações e permite-lhes estar mais perto de serviços sociais importantes. Para além da construção de vias rodoviárias possuir um fator social, também o tem ao nível da segurança, pois é inquestionável que uma via em boas condições tende a minorar o número de acidentes rodoviários.



Nos gráficos anteriores e quadro seguinte, encontra-se a execução do PPI em 2018, por objetivos, onde se percebe que as principais rubricas são os Transportes, Abastecimento de água e Administração geral.



Objetivo	Execução financeira do PPI detalhada - 2018
Administração geral	292 233,67 €
Segurança e ordem públicas	20 231,74 €
Ensino não superior	54 192,93 €
Habituação	128 635,82 €
Saneamento	0,00 €
Abastecimento de água	224 108,24 €
Resíduos sólidos	56 984,15 €
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	38 322,85 €
Desporto, recreio e lazer	9 733,85 €
Indústria e energia	4 847,21 €
Transportes rodoviários	1 316 462,29 €
Total	2 145 752,75 €

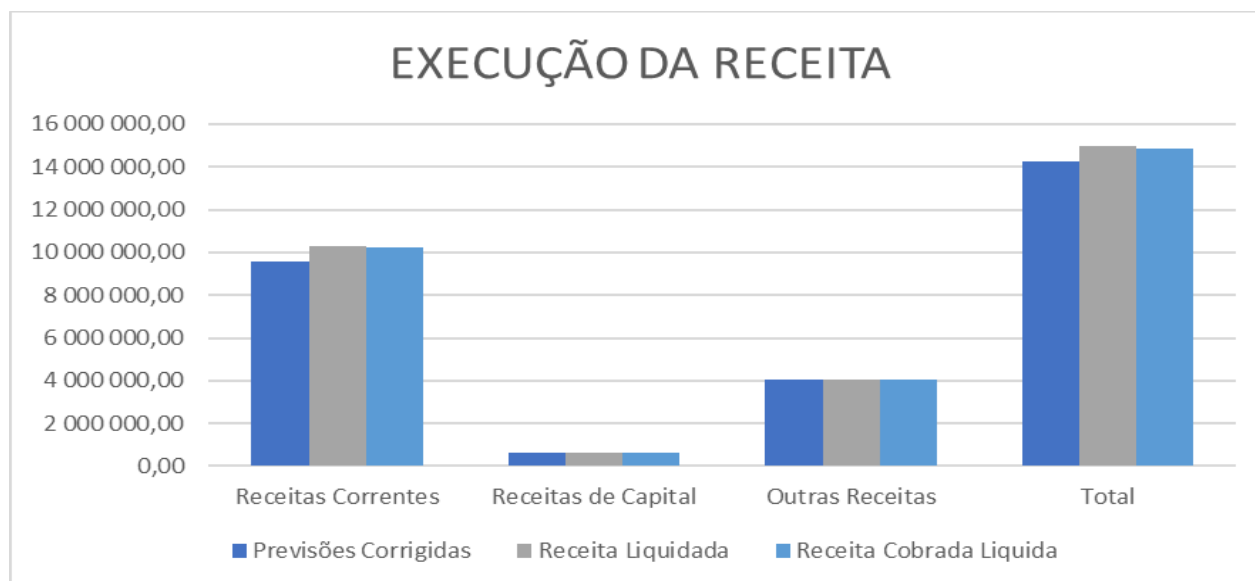
2.2 - Orçamento

2.2.1 – Orçamento da Receita

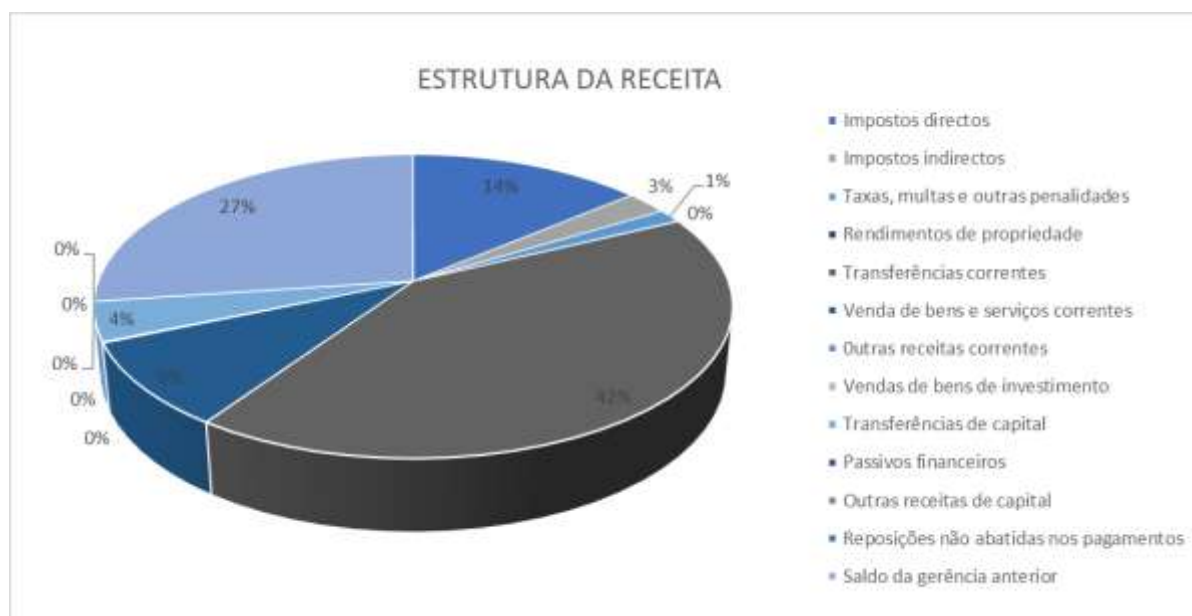
A receita arrecadada em 2018 foi de 14,9 milhões de euros.

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Liquidada	Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução Orçamental
Receitas Correntes	9 562 992,00	10 290 609,21	10 219 754,02	106,87%
Receitas de Capital	627 045,00	616 185,00	616 185,00	98,27%
Outras Receitas	4 037 633,89	4 039 436,21	4 039 436,21	100,04%
Total	14 227 670,89	14 946 230,42	14 875 375,23	104,55%

O grau de execução da receita foi em 2018 de 104,55%, sendo que apenas na receita de capital se assistiu a um maior desvio, resultando o mesmo de verbas previstas de fundos comunitários que não se concretizaram.



Conforme se percebe pelo gráfico seguinte, a receita corrente foi bastante superior à receita de capital, sendo esta uma tendência dos últimos anos.

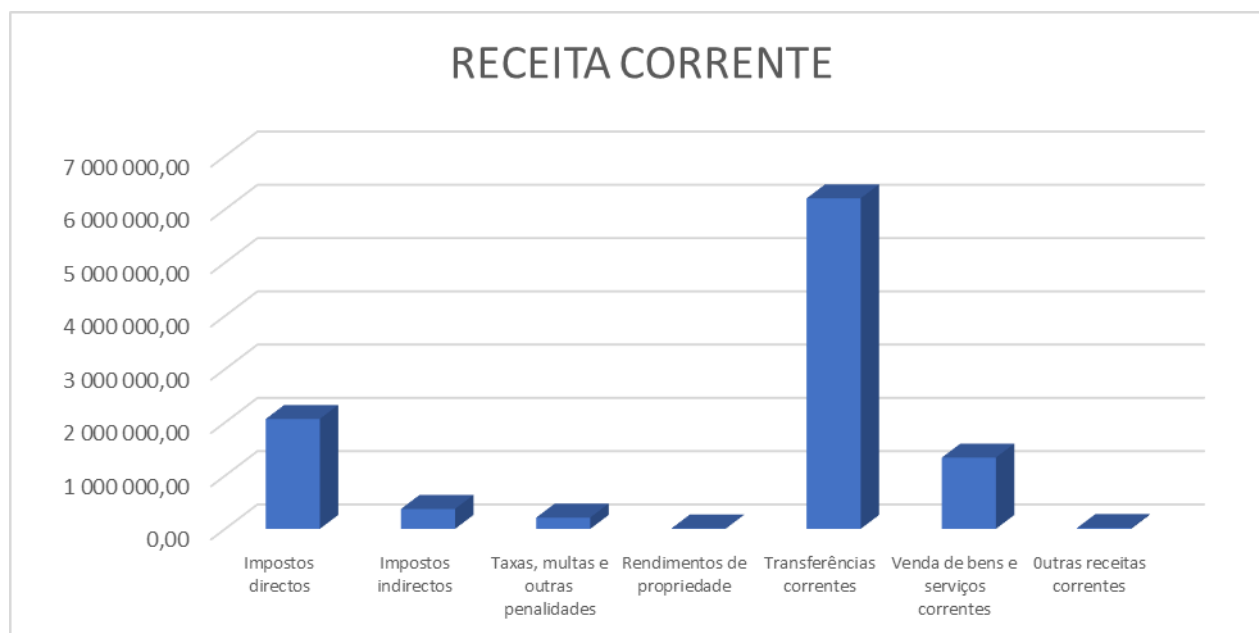


Desdobrando a análise dos diferentes tipos de receita, temos o seguinte quadro:

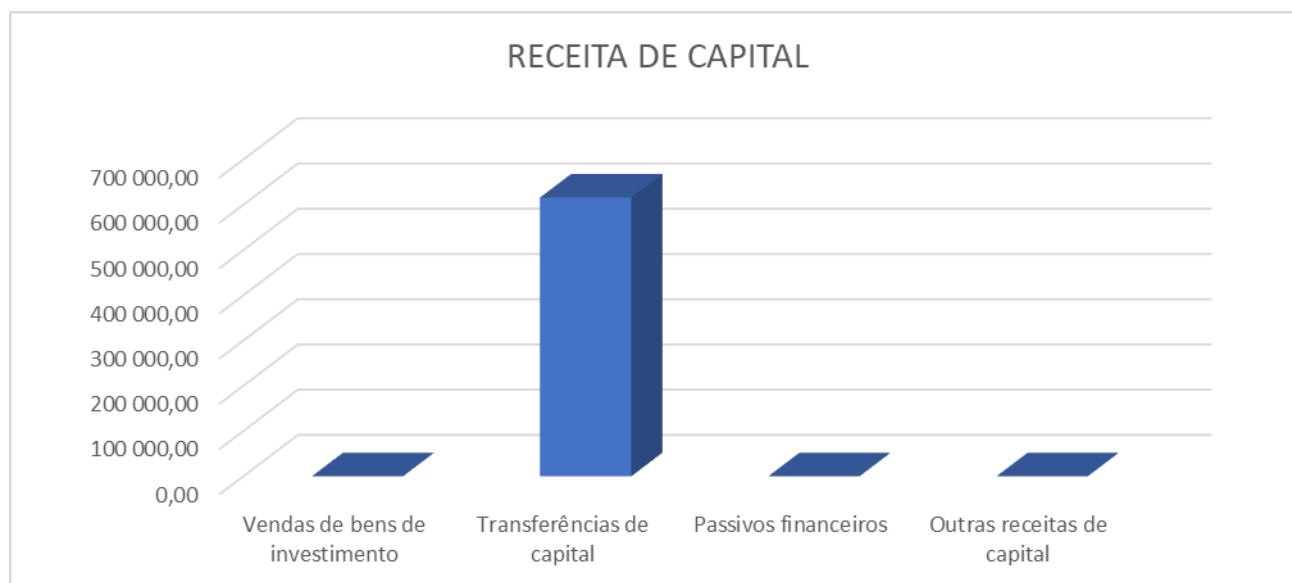


Económica	Receita	Previsões Corrigidas	Receita Liquidada	Receita Cobrada Liquida	Grau de Execução Orçamental
Receitas Correntes					
01	Impostos directos	1 640 512,00	2 120 453,52	2 063 610,42	125,79%
02	Impostos indirectos	361 217,00	374 816,04	374 243,12	103,61%
04	Taxas, multas e outras penalidades	236 392,00	212 062,96	211 968,54	89,67%
05	Rendimentos de propriedade	17 453,00	8 004,53	8 004,53	45,86%
06	Transferências correntes	5 998 628,00	6 205 254,29	6 205 254,29	103,44%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 276 702,00	1 351 570,71	1 338 225,96	104,82%
08	Outras receitas correntes	32 088,00	18 447,16	18 447,16	57,49%
Total das Receitas Correntes		9 562 992,00	10 290 609,21	10 219 754,02	106,87%
Receitas de Capital					
09	Vendas de bens de investimento	10 810,00	0,00	0,00	0,00%
10	Transferências de capital	616 205,00	616 185,00	616 185,00	100,00%
12	Passivos financeiros	10,00	0,00	0,00	0,00%
13	Outras receitas de capital	20,00	0,00	0,00	0,00%
Total das Receitas de Capital		627 045,00	616 185,00	616 185,00	98,27%
Outras Receitas					
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	1 812,32	1 812,32	18123,20%
16	Saldo da gerência anterior	4 037 623,89	4 037 623,89	4 037 623,89	100,00%
Total de Outras Receitas		4 037 633,89	4 039 436,21	4 039 436,21	100,04%
TOTAL		14 227 670,89	14 946 230,42	14 875 375,23	104,55%

O gráfico seguinte permite compreender melhor a estrutura da receita corrente, onde facilmente se percebe que o principal peso pertence às transferências correntes, sendo que estas transferências são obtidas através do orçamento de estado, sendo que as rubricas impostos directos e venda de bens e serviços correntes também têm um peso substancial.

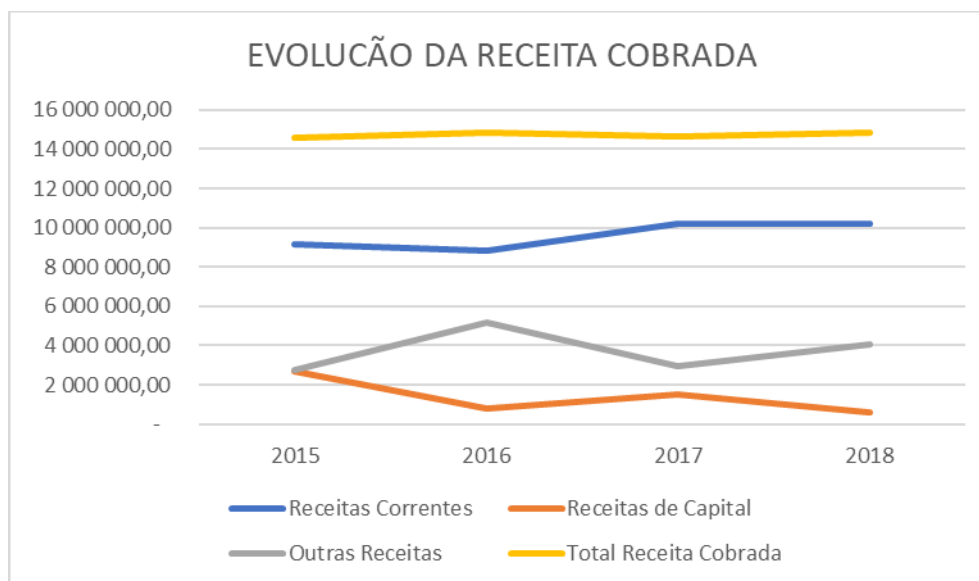


No que se refere à receita de capital ela compreende apenas as transferências de capital.



Analisando a evolução da receita nos últimos quatro anos, verifica-se que em 2018 a receita aumentou ligeiramente em relação aos anos anteriores.

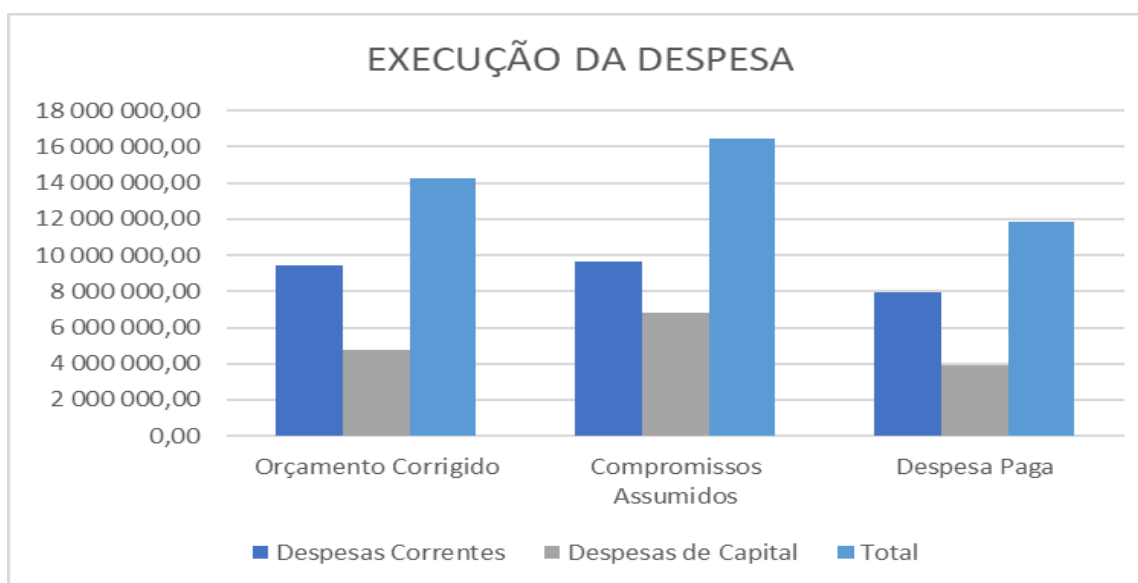
Descrição	Receita Cobrada Líquida			
	2018	2017	2016	2015
Receitas Correntes	10 219 754,02	10 220 557,77	8 851 574,01	9 130 895,26
Receitas de Capital	616 185,00	1 488 978,98	818 792,67	2 706 731,75
Outras Receitas	4 039 436,21	2 943 813,48	5 170 663,96	2 762 726,86
Total	14 875 375,23	14 653 350,23	14 841 030,64	14 600 353,87



2.2.1 – Orçamento da Despesa

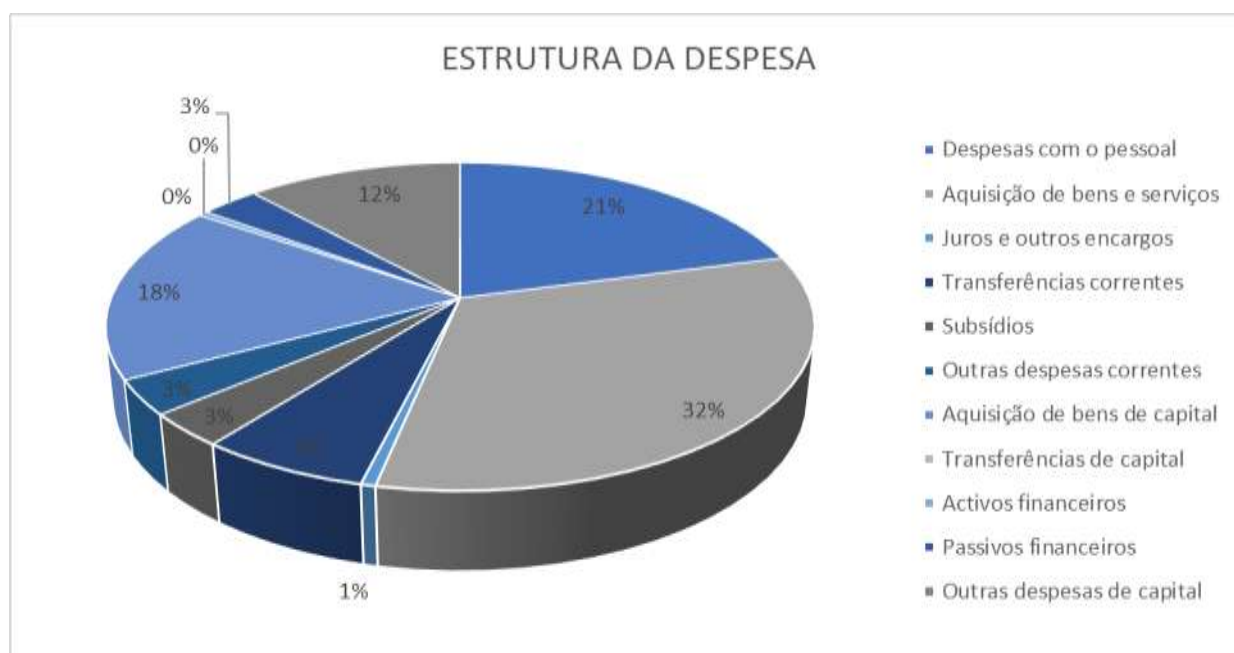
A despesa paga pelo município em 2018 foi de aproximadamente 11,9 milhões de euros, o que permitiu uma execução do orçamento em 83,54%.

Descrição	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau de Execução Orçamental
Despesas Correntes	9 457 683,89	9 666 185,89	7 979 933,23	84,38%
Despesas de Capital	4 769 987,00	6 782 882,70	3 905 736,90	81,88%
Total	14 227 670,89	16 449 068,59	11 885 670,13	83,54%





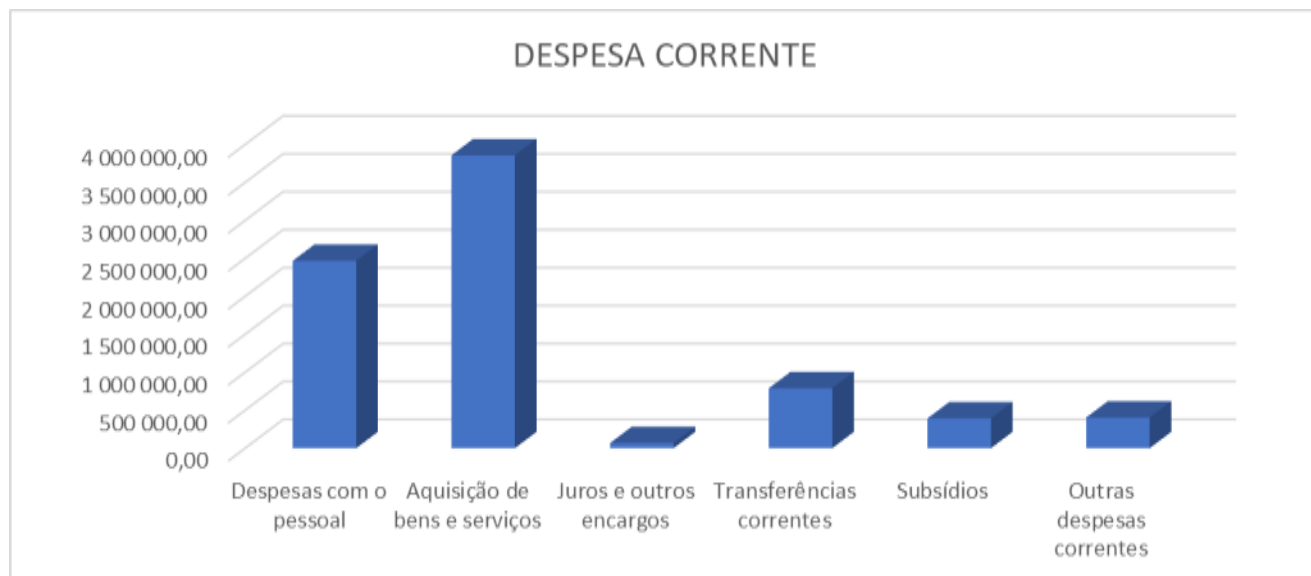
Apresenta-se no gráfico seguinte a composição da estrutura da despesa, onde se verifica que a despesa é essencialmente composta por Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Aquisição de Bens de Capital e Outras Despesas de Capital.



Detalhando os diversos tipos de despesa, temos o seguinte quadro:

Económica	Despesa	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau de Execução Orçamental
01	Despesas com o pessoal	3 003 450,00	2 516 852,45	2 467 905,70	82,17%
02	Aquisição de bens e serviços	4 664 123,00	5 456 719,06	3 857 738,44	82,71%
03	Juros e outros encargos	87 500,00	68 136,55	68 136,55	77,87%
04	Transferências correntes	862 387,00	810 279,41	789 480,61	91,55%
05	Subsídios	395 720,00	392 572,00	392 572,00	99,20%
06	Outras despesas correntes	444 503,89	421 626,42	404 099,93	90,91%
Total das Despesas Correntes		9 457 683,89	9 666 185,89	7 979 933,23	84,38%
Despesas de Capital					
07	Aquisição de bens de capital	2 949 795,63	2 263 411,14	2 086 673,75	70,74%
08	Transferências de capital	400,00	0,00	0,00	0,00%
09	Activos financeiros	59 172,00	118 158,00	59 079,00	99,84%
10	Passivos financeiros	376 600,00	3 017 521,37	376 191,96	99,89%
11	Outras despesas de capital	1 384 019,37	1 383 792,19	1 383 792,19	99,98%
Total das Despesas de Capital		4 769 987,00	6 782 882,70	3 905 736,90	81,88%
Total das Despesas		14 227 670,89	16 449 068,59	11 885 670,13	83,54%

No que respeita à despesa corrente, compreende essencialmente duas rubricas, a despesa com pessoal com 2,5 milhões de euros e a aquisição de bens e serviços 3,9 milhões de euros.



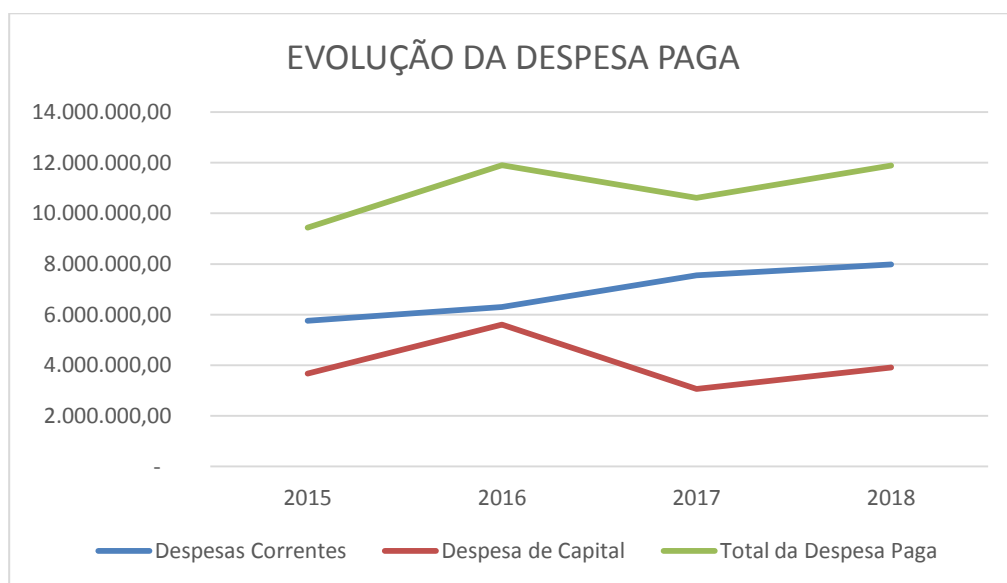
Conforme já mencionado a despesa de capital assume algum peso sobre a despesa total, sendo que a maioria desta despesa de capital se destinou a aquisição de bens/empreitadas e outras despesas de capital.





Analisando a evolução da despesa nos últimos três anos, esta tem sofrido alterações significativas, devido sobretudo à disponibilidade financeira do município para fazer face aos compromissos assumidos e da adesão ao PAEL em 2013, bem como das candidaturas comunitárias e contratos programa com o Governo Regional.

Descrição	Despesa paga			
	2018	2017	2016	2015
Despesas Correntes	7 979 933,23	7 549 266,82	6 299 904,96	5 760 672,17
Despesa de Capital	3 905 736,90	3 066 459,22	5 597 312,50	3 669 090,24
Total da Despesa Paga	11 885 670,13	10 615 726,04	11 897 217,46	9 429 762,41





3– Análise da Situação Económica e Financeira

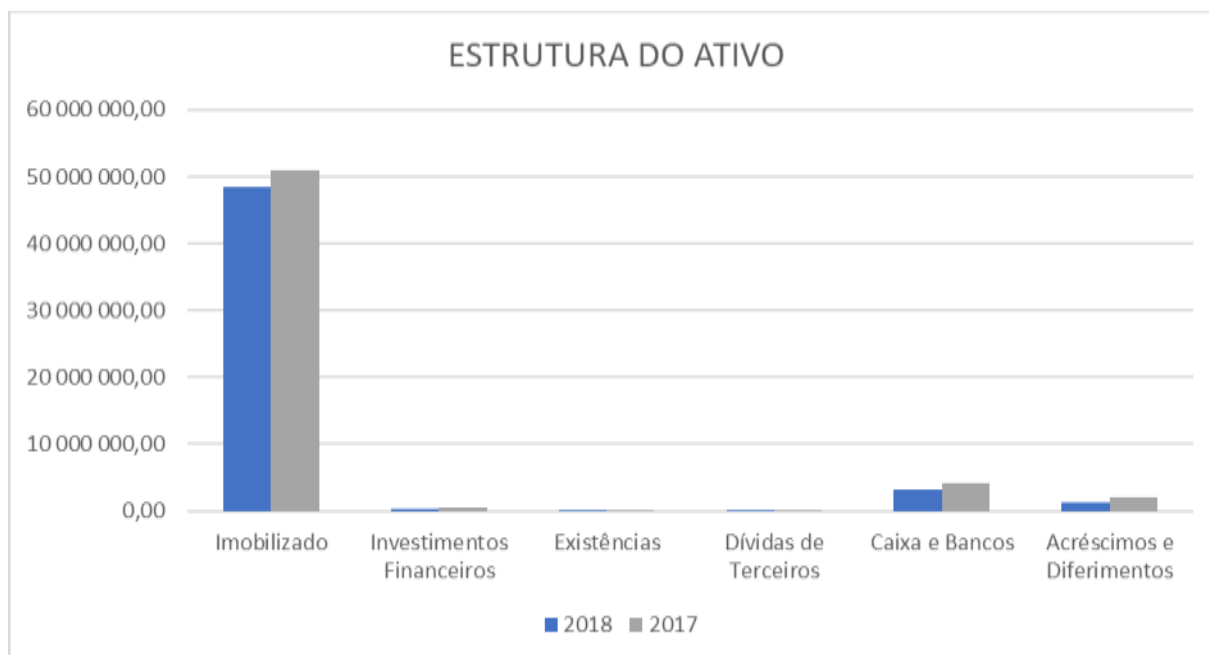
3.1 – Balanço

ATIVO

Dada a natureza da atividade autárquica, a componente principal do seu ativo é o imobilizado, o que no caso do município da Calheta não é exceção, porém o facto de o imobilizado representar 91 % do ativo, é um sinal claro do forte investimento, realizado em infraestruturas e equipamentos para o concelho.

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Imobilizado	48 417 905,30	51 011 501,30	-2 593 596,00	-5,08%
Investimentos Financeiros	354 474,00	551 400,71	-196 926,71	-35,71%
Existências	48 975,07	41 011,07	7 964,00	19,42%
Dívidas de Terceiros	46 861,22	96 168,39	-49 307,17	-51,27%
Caixa e Bancos	3 097 595,47	4 079 531,65	-981 936,18	-24,07%
Acréscimos e Diferimentos	1 306 559,77	2 018 459,72	-711 899,95	-35,27%
Total	53 272 370,83	57 798 072,84	-4 525 702,01	-7,83%

É de salientar que o valor do imobilizado, já inclui as amortizações previstas pelo CIBE, pelo que o seu valor real poderá ser mais elevado, dado que as depreciações do CIBE são de natureza teórica e não real. Em 2018, o aumento nesta rubrica, deveu-se essencialmente ao reconhecimento de amortizações anteriores.



FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Conforme se pode observar no quadro abaixo, em 2018, as principais variações ocorreram nas Dívidas de Longo Prazo (Banca, Acordos de Pagamento e FAM) sendo a sua redução resultante da liquidação das amortizações dos mesmos em função do cronograma financeiro.

Globalmente verifica-se uma redução das dívidas nas provisões para riscos e encargos de aproximadamente 475 mil euros que derivam da concretização do acordo com a Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste para resolução do diferendo em contencioso.

Importa salientar que os acréscimos e diferimentos, não representam uma dívida futura, mas sim o diferimento dos proveitos referentes aos subsídios comunitários.

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Fundos Próprios	38 618 007,12	40 434 091,50	-1 816 084,38	-4,49%
Provisões para riscos e encargos	0,00	474 514,10	-474 514,10	-100,00%
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazo	2 984 560,01	3 457 516,12	-472 956,11	-13,68%
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	693 135,37	619 259,60	73 875,77	11,93%
Acréscimos e Diferimentos	10 951 982,20	12 788 005,39	-1 836 023,19	-14,36%
Clientes e Utentes com Cauções	24 686,13	24 686,13	0,00	0,00%
Total	53 272 370,83	57 798 072,84	-4 525 702,01	-7,83%



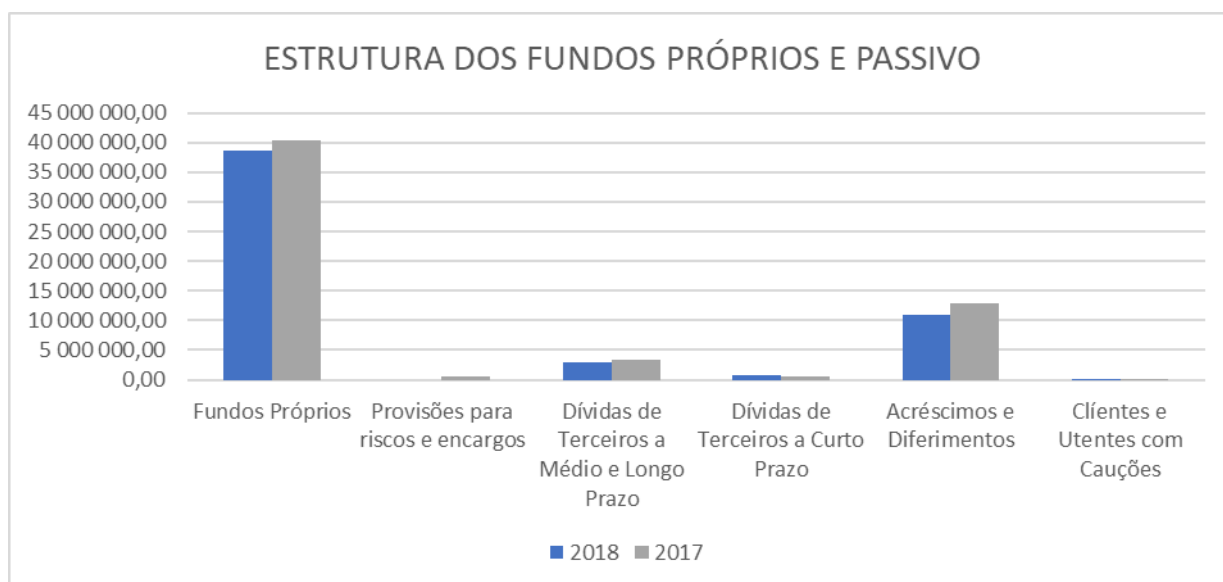
A variação dos Fundos Próprios fica explicada pelo mapa seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação do Resultado Líquido 2017	Saldo Final
Património	30 112 676,20				30 112 676,20
Reservas Legais	623 818,15			136 345,94	760 164,09
Resultados transitados	6 970 678,33	294 117,62	2 425 037,97	2 590 572,88	7 430 330,86
Resultado Líquido	2 726 918,82	314 835,97		-2 726 918,82	314 835,97
Total	40 434 091,50	608 953,59	2 425 037,97	0,00	38 618 007,12

Pelo gráfico seguinte é notório que os fundos próprios cobrem totalmente o passivo do município e conforme mencionado anteriormente não está inventariado todo o imobilizado, pelo que é expectável que o mesmo venha a ser incrementado nos próximos anos.

Na rubrica de resultados transitados as diminuições dizem respeito essencialmente à correção das amortizações referentes a 2017 no montante aproximado de 1,2 milhões de euros, assim como a anulação dos acréscimos dos direitos de passagem no montante de 911 mil euros e a contabilização do acordo de pagamento com a Ponta do Oeste, S.A.

Relativamente aos aumentos ocorridos na rubrica resultados transitados é essencialmente a aplicação do resultado líquido de 2017.





3.2 – Demonstração de Resultados

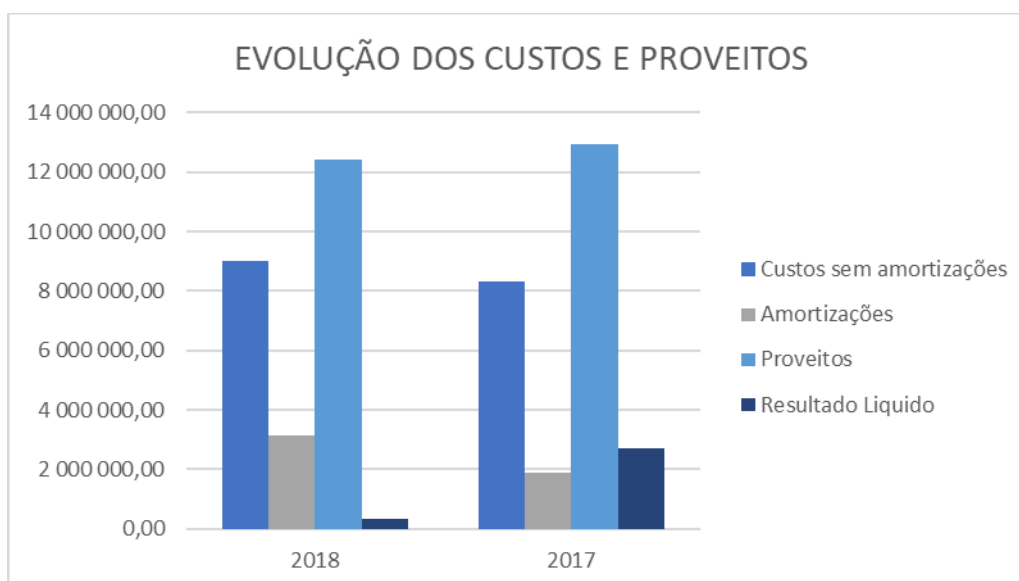
Apresenta-se em seguida um quadro resumo da demonstração de resultados, com a variação ocorrida de 2018 para 2017.

O resultado de 2018 foi inferior ao gerado no ano anterior, derivado essencialmente de um aumento significativo de custos relativos as amortizações e custos e perdas extraordinárias.

Assim como a redução nos proveitos essencialmente das rubricas impostos e taxas e transferências e subsídios obtidos.

Descrição	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Custos				
Custos as mercadorias vendidas e das materias consumidas	584 146,02	579 430,26	4 715,76	0,81%
Fornecimentos e serviços externos	3 462 209,68	3 654 240,03	-192 030,35	-5,26%
Transferências e Subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1 187 226,98	876 343,81	310 883,17	35,48%
Custos com pessoal	2 598 130,57	2 520 610,65	77 519,92	3,08%
Outros custos operacionais	294 147,56	93,69	294 053,87	313858,33%
Amortizações do exercicio	3 123 773,24	1 892 114,97	1 231 658,27	65,09%
Provisões do exercicio		486 049,85	-486 049,85	-100,00%
Custos e perdas financeiras	68 136,55	76 169,84	-8 033,29	-10,55%
Custos e perdas extraordinárias	800 547,75	116 407,62	684 140,13	587,71%
Total de Custos	12 118 318,35	10 201 460,72	1 916 857,63	18,79%
Proveitos				
Vendas e Prestação de serviços	1 211 705,84	1 236 033,50	-24 327,66	-1,97%
Impostos e Taxas	2 893 579,03	3 372 455,21	-478 876,18	-14,20%
Transferências e Subsídios obtidos	6 620 873,27	7 172 575,76	-551 702,49	-7,69%
Proveitos e Ganhos Financeiros	55 380,63	43 016,56	12 364,07	28,74%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 651 615,55	1 104 298,51	547 317,04	49,56%
Total de Proveitos	12 433 154,32	12 928 379,54	-495 225,22	-3,83%
Resultado Líquido	314 835,97	2 726 918,82	-2 412 082,85	-88,45%

Salienta-se que o resultado inclui em custos aproximadamente 3,1 milhões de euros referentes a amortizações, que não correspondem efetivamente a pagamentos. Assim, pelo gráfico seguinte constata-se que a contenção de custos é prejudicada pelo aumento das amortizações.



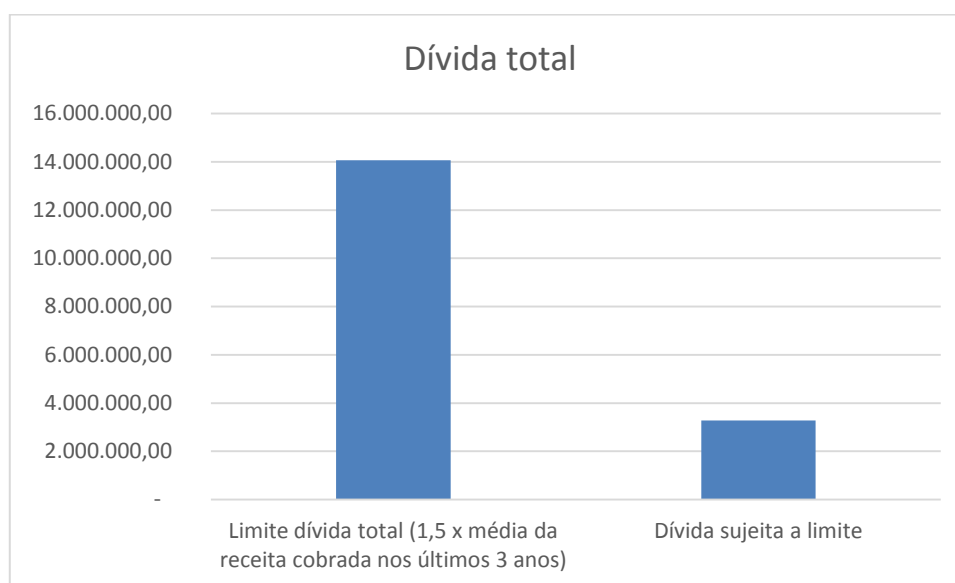


4 – Factos Relevantes Verificados Após o Encerramento das Contas

Não existem factos relevantes.

5 – Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário

No gráfico seguinte apresentam-se os dados relativos ao endividamento, obtidos pela informação reportada à DGAL, que **demonstram uma margem relativa ao limite da dívida total bastante positiva**, pelo que o município se encontra financeiramente estável.



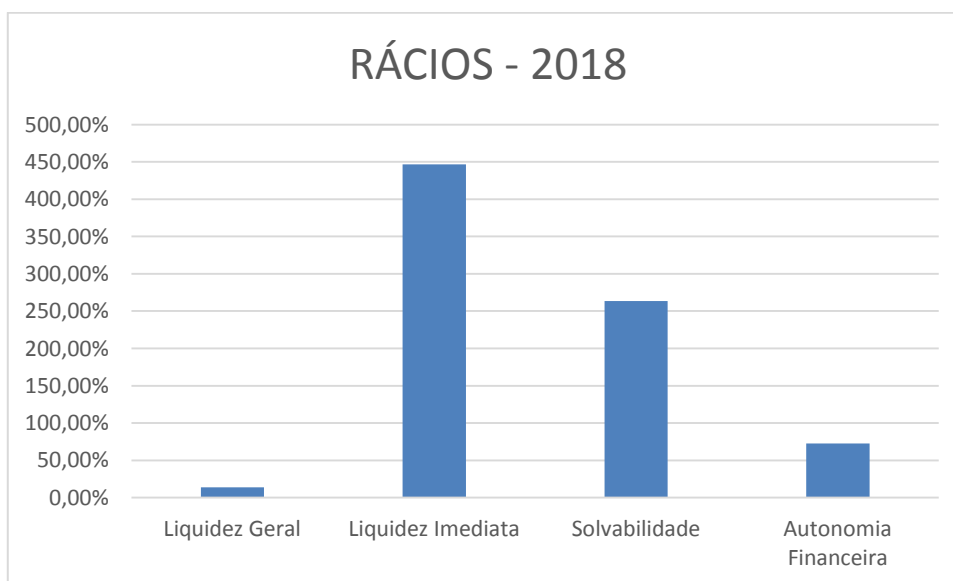
Limite	Total da Dívida de Terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part.	Dívida Total	Dívida Total Não Orç., Capital Excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
14 068 491	01/01/2018						
	4 101 462	3 433	4 104 895	3 747 902		10 320 589	2 064 118
	31/12/2018						
	3 386 515	0	3 386 515	3 276 388		10 792 103	2 158 421
Variação da Dívida %							-12,58%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por utilizar							2 535 632



6 – Indicadores

Rácios Económicos/Financeiros

		2018		2017		2016	
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	$\frac{95\,836,29}{693\,135,37}$	13,83%	$\frac{137\,179,46}{619\,259,60}$	22,15%	$\frac{123\,668,00}{746\,866,20}$	16,56%
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo a Curto Prazo}}$	$\frac{3\,097\,595,47}{693\,135,37}$	446,90%	$\frac{4\,079\,531,65}{619\,259,60}$	658,78%	$\frac{2\,968\,499,31}{746\,866,20}$	397,46%
Solvabilidade	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Total do Passivo}}$	$\frac{38\,618\,007,12}{14\,654\,363,71}$	263,53%	$\frac{40\,434\,091,50}{17\,363\,981,34}$	232,86%	$\frac{37\,707\,172,68}{18\,605\,050,42}$	202,67%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{38\,618\,007,12}{53\,272\,370,83}$	72,49%	$\frac{40\,434\,091,50}{57\,798\,072,84}$	69,96%	$\frac{37\,707\,172,68}{56\,312\,223,10}$	66,96%





Rácio	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016		Obs.
Receita total/Despesa total	1,25	1,38	1,25		O peso da receita sofreu uma diminuição em relação à despesa
Receita Corrente/ Despesa Corrente	1,28	1,35	1,40		Existiu uma ligeira diminuição da "folga" no equilíbrio orçamental
Impostos e Taxas / Receita Corrente	0,26	0,29	0,20		Existiu uma ligeira diminuição no peso das receitas via impostos e taxas
Transferências Correntes Recebidas / Receitas Correntes	0,61	0,58	0,65		Verifica-se um ligeiro aumento das transferências correntes face à globalidade da receita corrente
Transferências Totais Recebidas / Receitas Totais	0,46	0,50	0,44		O peso das receitas provenientes de transferências sofreram uma ligeira diminuição
Receitas Correntes / Receitas Totais	0,69	1,97	2,19		O peso da receita corrente diminuiu sobre as receitas totais
Despesas com pessoal / Despesas Correntes	0,31	0,34	0,39		O peso das despesas com pessoal diminuiu face as despesas correntes
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	0,48	0,52	0,46		A aquisição de bens e serviços diminuiu face à despesa corrente
Transferências Correntes Efectuadas / Despesas Correntes	0,10	0,09	0,09		O peso das transferências correntes concedidas sofreu um ligeiro aumento face ao total da despesa corrente
Despesas de Capital / Despesas Totais	0,33	0,29	0,47		Diminuição do peso das despesas de capital



7 –Regra do Equilíbrio Financeiro

Conforme previsto no art.º 40 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, apresenta-se o apuramento do equilíbrio financeiro, tendo-se verificado em 2018 uma margem positiva de aproximadamente 1,9 milhões de euros.

Apuramento do cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro (execução de 2018)	
Receitas correntes	10 276 597,12
Saldo de gerência de 2017 aplicado em despesa corrente	2 937 623,89
<i>Subtotal</i>	13 214 221,01
Amortizações médias	430 050,62
Despesas correntes	7 979 933,23
<i>Subtotal</i>	8 409 983,85
Margem de equilíbrio (art.40º Lei 73/2013)	1 866 613,27

No quadro seguinte demonstra-se o apuramento das amortizações médias que serviram de suporte ao apuramento da regra do equilíbrio financeiro.

Empréstimo	Capital	Anos contratados	Amortização média
CGD	615 164,90	9	68 351,66
Saneamento	335 945,09	6	55 990,85
PAEL	3 974 205,45	13	305 708,11
Total	4 925 315,44		430 050,62

Capital = Capital contratado, ou se empréstimo anterior a 1.1.2014 é considerado o capital em dívida a essa data

Anos contratados = Duração em anos do empréstimo, ou se o empréstimo anterior a 1.1.2014 é considerado o número de anos restantes.



8 – Aplicação de Resultados

Em conformidade com o disposto no POCAL, ponto 2.7.3, propõe-se que o Resultado Líquido de 2018 no valor 314.835,97 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- O valor de 15.741,80 euros correspondente a 5% do Resultado Líquido para a conta Reserva Legal.
- O valor de 299.094,17 euros, correspondente a 95% do Resultado Líquido para a conta Resultados Transitados.

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____

—

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____

—